

PORTO & MAR

Telefone 2102-7272 E-mail portoemar@grupo-tribuna.com

ENTREVISTA

Rodrigo Spada. Presidente da Associação Nacional das Associações de Fiscais de Tributos Estaduais (Febrafite) e da Associação dos Auditores Fiscais da Receita Estadual de São Paulo (Afresp)

“O Porto atrai investimentos, mas existe a guerra dos portos”

TED SARTORI

DA REDAÇÃO

No quarto mandato como presidente da Associação Nacional das Associações de Fiscais de Tributos Estaduais (Febrafite) e no terceiro à frente da Associação dos Auditores Fiscais da Receita Estadual de São Paulo (Afresp), Rodrigo Spada conversou com A Tribuna e falou a respeito da reforma tributária, de Zonas de Processamento de Exportação (ZPEs) e dos desafios da categoria de auditor fiscal, da qual faz parte há 20 anos.

Qual é o seu principal desafio como presidente das entidades?

O primeiro é a reforma tributária. O principal tributo dos estados é o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), que vai ser extinto. Terá essa nova tributação do tipo IVA, que é o Imposto sobre o Valor Adicionado. Vai chamar IBS (Imposto sobre Bens e Serviços) para estados e municípios, enquanto para a União, CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços). É uma tributação muito mais moderna e eficiente. Mesmo assim, em qualquer processo de transição é monumental a quantidade de trabalho e desafio que a gente tem. Precisamos adequar todas as administrações tributárias, sistemas, treinamentos, o nosso quadro de fiscais e outros funcionários. Além disso, tem que adequar os documentos eletrônicos que colocamos à disposição para os contribuintes. É também um desafio para as próprias empresas. Este ano é de teste, pois ainda não tem de recolher o tributo, mas já é preciso declarar. Trabalhei fortemente na aprovação da legislação. Estou desde 2015 nessa pauta, ajudando, inclusive, a escrever o texto.

Quais são os prós e contras desse momento?

No geral, o País todo ganha. Nenhum dos economistas que fizeram os cálculos teve coragem de falar que a reforma prejudicava o País. Os mais conservadores falaram que o Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil crescerá 12%

“Posso dizer que Santos perde em torno de 9,5% de arrecadação de ICMS em dez anos. É muita coisa”

só com essa medida. Quando você faz a economia crescer, todo mundo consegue ganhar. O setor de serviços é o que menos ganha. Ele paga menos imposto, é subtributado. Paga-se o ISS, que é o Imposto sobre Serviços, de 2% a 5% e muitos municípios nem cobram, enquanto que o IVA, por ser um imposto nacional, vai cobrar de todo mundo. Hoje cobra-se mais de mercadorias e produtos do que de serviços. A tendência é equiparar. Além da justiça fiscal, outro fator relevante é a competição internacional.

Como assim?

O Brasil não está mais isolado no mundo. Quando o País fez o modelo tributário anual, que vigora até hoje, era 1965, quando a economia brasileira era totalmente fechada. Não tinha concorrência internacional. Depois dos anos 2000, inserimos o Brasil nesse concerto internacional das nações. E colocamos os nossos empresários para concorrer com chineses, coreanos e indianos em situação desfavorável, porque o nosso sistema tributário prejudica a nossa competitividade, a nossa indústria. É só ver no Porto de Santos. O que chega é produto, mercadoria. Você consegue encher um contêiner de celular, trazer para cá e destruir a indústria nacional. Precisamos, sim, nesse momento de globalização, pensar frente ao cenário internacional. E serviço pode pagar mais sem ser afetado pela concorrência interna-



cional, enquanto que, para produtos e mercadoria terem essa competição no exterior, temos que reduzir a carga.

As cidades mais ganham ou perdem?

Santos é um caso atípico: é uma cidade que perde, mas a grande maioria ganha. Tanto que o governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) defendeu a reforma tributária. São Paulo ganha arrecadação. Já fizemos as contas: 3,71% a mais na arrecadação do Estado. E por um único fator de

mudança. Hoje, a gente tributa a produção. Falamos que é na origem. As empresas são tributadas. Com a reforma tributária, vamos tributar o destino, ou seja, o consumo.

Como vai funcionar?

Com o IVA, é irrelevante onde está a empresa. Ela pode estar aqui, mas se o produto for consumido em Pariquera-Açu, por exemplo, é lá que vai ficar o imposto e não aqui. Quando você pega uma cidade industrial ou portuária como Santos, onde



FOTOS SÍLVIO LUIZ

quando chega os produtos tem que ter o desembaraço aduaneiro aqui, e se paga o ICMS aqui para desembaraçar, o tributo fica 25% para cá. Isso gera um ganho de arrecadação gigantesco. Posso dizer que Santos perde em torno de 9,5% de arrecadação de ICMS em dez anos. É muita coisa. Mas, se você pegar a Associação Paulista de Municípios e a Confederação Nacional dos Municípios, as duas entidades foram favoráveis à reforma tributária, porque 80%, 90% dos municípios ganham. Quem perde? Santos, Cubatão, Paulínia e São Sebastião devem perder. Outras devem ganhar: Praia Grande, Mongaguá, Itanhaém, Bertioga, Guarujá. É uma equalização porque quem paga o tributo é o consumidor final.

O fato de o Porto de Santos ficar em São Paulo, traz ganhos para o Estado. Mas Santos terá perda...

Sim, o Porto atrai investimentos, mas existe a guerra dos portos. Da mesma forma que há o Porto de Santos, há outros no Brasil. E eles praticam guerra fiscal: ou seja, se você importar por lá, como é na origem, não precisa pagar 18% de ICMS. Ou seja, a mercadoria deveria vir para a Capital paulista em vez de ser importado por Santos, que fica 70 quilômetros distante.

Esse processo, então, reflete no consumidor final?

Exatamente. Acreditamos mesmo que vai ter um reequilíbrio aí. As empresas vão voltar a se instalar onde elas deveriam estar. Falamos dos pontos ótimos de eficiência econômica, onde tem me-

“O Brasil vai se integrar na cadeia internacional de geração de valor, mas a exportação aumenta mais do que a importação”

lhor infraestrutura e logística, por exemplo. E no consumidor? Acho que, no final, vai baratear mercadorias e produtos, porque para com essa circulação gigantesca que temos de caminhões nas estradas apenas por questão de se conseguir benefício fiscal sem ganho efetivo de agregar valor à mercadoria.

Santos projeta uma Zona de Processamento de Exportação (ZPE) por causa do Porto. A reforma tributária e todo esse processo facilitarão a implantação?

Ajudam sim. Os economistas dizem que, com a reforma tributária, vai aumentar, acho que em 9% a importação, e a exportação em 11,7%. O Brasil vai se integrar na cadeia internacional de geração de valor, mas a exportação aumenta mais do que a importação. Vamos ter um fôlego, um alívio da nossa balança comercial, porque esse sistema do IVA garante uma transferência

de todos os impostos pagos durante a cadeia produtiva, o sistema de crédito que a gente fala. E, quando exportar, devolve todos os impostos pagos nas operações anteriores na cadeia produtiva para o exportador. E que ele pode vender mais barato justamente porque tem a devolução dos impostos pagos pelos fornecedores, o que é muito significativo, pois é algo que não se consegue atualmente.

Sobre a categoria dos auditores fiscais, qual o grande desafio?

Nossa grande pauta é uma lei orgânica nacional da administração tributária. A reforma tributária integra todas as administrações tributárias. Hoje, a Receita Federal cobra Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). O Estado cobra o ICMS e os municípios, o ISS. Esses impostos vão ser fundidos em um único tributo que é o IVA. Vão ter a CBS e o IBS, mas são as mesmas regras. Para o contribuinte é uma coisa só. Ele vai pagar uma nota fiscal, um cadastro, uma legislação, para dar segurança jurídica para o empresário e ele saber como o fiscal vai se comportar. Precisamos de regras claras porque as legislações são diferentes em cada estado. Com a reforma tributária, com a tributação sendo no destino, uma empresa que está aqui e vende para todos os estados do Brasil pode, teoricamente, receber fiscalização de todos os estados. Isso pode gerar uma complexidade para ter que atender todos esses Fiscos. Se tivermos uma lei orgânica, is-

so traz para o contribuinte uma previsibilidade, uma segurança de saber que o fiscal está atuando conforme a lei. Um outro desafio é a incompreensão da nossa categoria.

Por quê?

Nossa imagem pública é muito desgastada perante o governo e a sociedade. Aplicamos uma legislação ruim, disfuncional, complexa. E tem outra questão gravíssima: o mau uso do recurso público. O empresário recebe o auto de infração e, resignado, fala que vai pagar, mas pergunta para onde vai o dinheiro e o que vai ser feito com ele. A gente fica um pouco sem resposta, porque não é nossa atividade. Se existe algo que funciona no estado é o Fisco, mas quando os recursos entram nos cofres públicos existe a corrupção, a má gestão e o desperdício.

Como você enxerga o futuro do auditor fiscal?

Hoje, no Estado de São Paulo, temos 2,5 mil auditores ativos. Houve recentemente um concurso para repor 200, depois de 13 anos sem uma seleção e que devem tomar posse entre junho e agosto. Prezamos pela eficiência administrativa: fazer mais com menos. Isso é possível e pode até ajudar a valorizar os quadros. A administração tributária em São Paulo chegou a custar mais de 1% da receita corrente líquida. Atualmente, custa menos de 0,5%, remunerando dignamente. Claro que temos pleitos e isso traz maior capacidade de conseguirmos melhorias salariais. Defendemos um quadro mais enxuto, mas com computadores de primeira, viaturas, equipamentos, estrutura de primeiro mundo, porque acabamos fazendo trabalhos para identificar fraudes em grandes corporações.

E a capacitação?

Agora muda. Temos que trabalhar com informática, business intelligence, que é a inteligência de negócios, de dados, e com inteligência artificial. Não a preditiva, pois essa é perigosa para nós por ser aquela que imagina, que cria, que inventa, e sim a que é capaz de ver grandes quantidades de dados. Além disso, precisamos de profissionais muito bons em contabilidade. Acahou aquele tempo em que o Fisco ficava parando o caminhão na rodovia para saber se a pessoa está com ou sem nota. Temos que avaliar a contabilidade da empresa para achar os buracos.